



**Potencialidades e desafios do Protocolo de Transição Agroecológica como política pública a partir da experiência no extremo sul de São Paulo-SP**  
*Potentialities and Challenges of the Agroecological Transition Protocol as a Public Policy Based on the Experience in the Extreme South of São Paulo, SP*

SOUZA, Aline; VIANA, Ednilson; FONSECA FILHO, Homero

<sup>1</sup> Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo, aline.souza@sp.gov.br;

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, edn@usp.br,

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, homerooff@usp.br

**RESUMO EXPANDIDO**

**Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia**

**Resumo:** O Protocolo de Transição Agroecológica é um instrumento do governo do estado de São Paulo que visa estimular a Agroecologia e a Produção Orgânica para o uso sustentável dos recursos naturais e aumento da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Por meio da adesão gratuita e voluntária de organizações e agricultores(as) e em parceria com entidades de ATER, é estabelecido o compromisso para a adoção de boas práticas. A pesquisa pretendeu avaliar as potencialidades e desafios para o avanço da transição agroecológica como política pública a partir da percepção dos(as) técnicos(as) de ATER que atuam na zona sul do município de São Paulo. Por meio de entrevistas semiestruturadas e observações de campo, foram identificadas a necessidade de investir na qualidade dos serviços de ATER, na popularização das diretrizes técnicas do protocolo junto aos agricultores(as) e no desenvolvimento de programas regionais que orientem a aplicação de investimentos para o desenvolvimento rural sustentável.

**Palavras-chave:** agricultura periurbana, agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural agroecológica, certificação orgânica.

**Introdução**

Na cidade de São Paulo houve nos últimos anos a convergência de iniciativas do poder público e de organizações e movimentos da sociedade civil para a valorização da agricultura urbana e periurbana (NEMOTO & BIAZOTTI, 2017). No extremo sul da cidade, em uma extensa região que abrange as subprefeituras de Parelheiros e de Capela do Socorro e onde encontram-se importantes áreas de proteção de mananciais (APRMs Billings e Guarapiranga), a agricultura periurbana, especialmente a orgânica e orientada para a transição agroecológica, tem sido reconhecida por sua multifuncionalidade e ganhado visibilidade na agenda das políticas públicas, pois além de promover a produção local no abastecimento de alimentos à metrópole, consiste em estratégia para conservação ambiental e contenção da expansão urbana nas áreas de mananciais (MIKETEN, 2013).

Diversos projetos e políticas públicas tem sido desenvolvidos na região nos últimos



anos para o fortalecimento da agricultura orgânica e agroecológica, dentre os quais destacam-se: 1) O Protocolo de Transição Agroecológica e de estímulo à produção orgânica, que atesta boas práticas ambientais implementadas pelos agricultores, 2) a Casa de Agricultura Ecológica “José Umberto Macedo Siqueira”, Unidade Sul, criada em 2006 como ação do Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP com o objetivo de atender e apoiar o agricultor, servindo como centro de referência técnica para políticas de desenvolvimento sustentável (SÃO PAULO, 2010); 2) a implantação da Lei Municipal Nº 16.140/2015, que define como prioridade a introdução de alimentos orgânicos ou de base agroecológica da agricultura familiar na merenda escolar, possibilitando a aquisição com um valor 30% superior ao convencional de alimentos orgânicos certificados ou oriundos de agricultores do município de São Paulo que façam parte do protocolo de transição agroecológica (SÃO PAULO, 2015); 3) o projeto Ligue os Pontos, que suplementou o trabalho de assistência técnica e extensão rural desenvolvido pela CAE, desenvolveu o Cadastro das Unidades de Produção Agropecuária da Zona Sul do Município, o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural e Ambiental – SisRural e a plataforma colaborativa Sampa+Rural (SÃO PAULO, 2020).

O Protocolo de Transição Agroecológica é um instrumento do governo estadual que visa estimular a Agroecologia e Produção Orgânica no Estado de São Paulo para o uso sustentável dos recursos naturais e aumento da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Por meio da adesão gratuita e voluntária de organizações e agricultores e em parceria com entidades públicas e privadas e órgãos de pesquisa ligados a ATER, é estabelecido o compromisso para a adoção de boas práticas agroambientais pelos agricultores em seus sistemas produtivos. Essas práticas são orientadas e atestadas pelos técnicos de ATER, por meio da aplicação de um questionário baseado em Diretivas Técnicas; voltadas à conservação do solo e geração de matéria orgânica; uso racional e reaproveitamento da água; destinação correta de dejetos, resíduos sólidos e águas cinzas; à diversificação; ao manejo integrado de pragas e à adequação ambiental da propriedade. A partir do preenchimento do questionário é gerado um plano de conversão da propriedade que orienta as ações necessárias para aprimorar a sustentabilidade do sistema produtivo e são emitidos a declaração ou Certificado de Transição Agroecológica para o grupo/agricultor(a) (SÃO PAULO, 2022).

Em implantação desde 2016 na região sul do município de São Paulo, o Protocolo de Transição Agroecológica abrange atualmente grupos e agricultores em diversos municípios do estado de São Paulo, sendo fortalecido pela publicação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO em 2018, que prevê como uma diretriz a implementação de políticas de estímulo à transição agroecológica e produção orgânica (SÃO PAULO, 2018), e pela publicação da sua nova resolução conjunta a SAA/SIMA/SJC Nº 01/2022, que o institui no âmbito das Secretarias de Agricultura e Abastecimento, de Infraestrutura e Meio Ambiente e da Justiça e Cidadania, por intermédio da Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo - ITESP (SÃO PAULO, 2022). O protocolo está inserido em um contexto de redes de políticas públicas (MASSARDIER, 2006), se articulando com outras políticas



públicas de promoção da transição agroecológica, agricultura urbana e segurança alimentar.

Tendo em vista as dificuldades relatadas na literatura quanto à expansão da transição agroecológica e produção orgânica, como a deficiência do sistema atual de assistência técnica e extensão rural – ATER em quantidade e qualidade; a falta de apoio financeiro para a transição, a fim de minimizar os riscos e prejuízos dos produtores; os preços altos dos produtos e a necessidade de difusão de conhecimentos entre produtores, consumidores e sociedade no geral (WASCHNER, 2013), a pesquisa pretendeu **avaliar as potencialidades e desafios** para o avanço da transição agroecológica como política pública a partir da **percepção dos técnicos de ATER** responsáveis pela aplicação do protocolo de transição agroecológica na zona sul de São Paulo, contribuindo para identificar gargalos e subsidiar propostas de aprimoramento do protocolo e de outras políticas públicas complementares.

## Metodologia

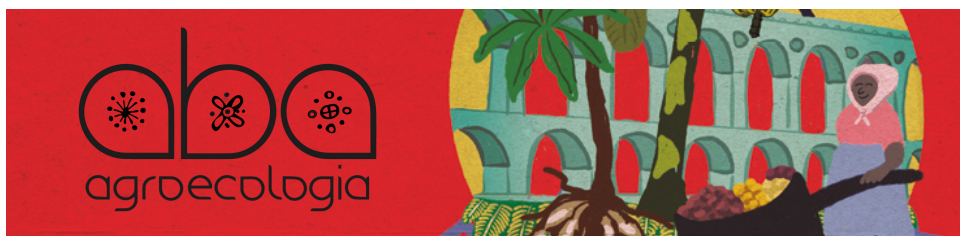
A pesquisa é qualitativa e consiste em capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Indicadores de sustentabilidade para a transição agroecológica na zona sul de São Paulo: desafios e perspectivas de uma política pública agroambiental” (SOUZA, 2021). Para a obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (VERDEJO, 2010) com técnica de ATER da CAE (funcionária da prefeitura) e dois técnicos contratados pelo Projeto Ligue os Pontos, que aplicaram os protocolos em 2018 e 2019. Além disso, foram realizadas observações de campo, que envolveram acompanhamento das atividades de campo dos técnicos, conversas informais com agricultores e participação em reuniões da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa de São Paulo - CooperAPAS. Como método de análise dos dados foi realizada a triangulação entre os dados secundários, os dados das entrevistas e as observações de campo (MINAYO, 2012).

## Resultados e Discussão

Os resultados apontam para o reconhecimento do protocolo de transição agroecológica como ferramenta capaz de valorizar a produção, agregando valor e auxiliando na comercialização direta em feiras, grupos de consumo e compras públicas. Além disso, o relato dos técnicos aponta para o efeito do protocolo na autoestima dos agricultores, que se sentem valorizados pela certificação.

No entanto, as entrevistas apontam para uma falta de apropriação da ferramenta e das diretrizes técnicas pelos agricultores, que é frequentemente confundida com outras políticas e instrumentos, indicando a necessidade de um esforço em torná-lo mais popular e acessível para o produtor, por meio de abordagens metodológicas mais participativas e interativas para sua aplicação, bem como materiais de apoio.

A dificuldade de apropriação e compreensão da ferramenta guarda relação com o perfil dos agricultores (muitos com baixo nível de escolaridade e eventualmente



menor compreensão dos instrumentos), mas também é apontado pelos técnicos entrevistados como uma fragilidade do próprio sistema de ATER, que conta com poucos técnicos para uma atenção e interação mais continuada e formativa com os agricultores.

*“Ao meu ver, eu acho que é tempo também. Como não tem muitos técnicos e as visitas são bem corridas, rápidas, então a pressa não dá tempo de explicar. É uma coisa que também não é uma visita pro agricultor entender, tem que ser gradativo, ir explicando aos poucos e, às vezes, na pressa, chega lá com um questionário de 30 perguntas... fala “assina ou não assina?”, “quer ou não quer?” (técnico A).*

*“Essa relação técnico-agricultor é muito pouco valorizada. O técnico trabalha comumente sob pressão, como se fosse por produção e não se dá tempo de estabelecer uma relação... até porque a gente tá falando de uma ferramenta que não faz parte da cultura do rural, né?! O rural não é da cultura do papel, da letra, da escrita, é uma cultura muito mais oral, você vai digerindo aos poucos” (técnico B).*

O relato apresentado pelos técnicos do projeto Ligue os Pontos expõe uma lógica de serviço de ATER pautada no atendimento de metas quantitativas, mais do que na qualidade da interação com o agricultor, divergindo dos princípios presentes na Política Nacional de ATER (BRASIL, 2010) e de referências sobre a abordagem da extensão rural para a transição agroecológica (CAPORAL e COSTABEBER, 2000).

Destaca-se ainda o potencial do protocolo de transição como ferramenta de orientação e difusão das diretrizes para boas práticas agroambientais para a rede de ATER no estado. Desde a sua criação, a equipe gestora do protocolo tem promovido capacitações de técnicos de órgãos públicos e privados em todo o estado, apresentando a ferramenta, sua aplicação e fundamentos conceituais e práticos para a transição agroecológica, correspondendo a uma importante lacuna que é falta de capacitação técnica para a transição agroecológica (SOUZA, 2021).

Tendo em vista que o protocolo de transição é um instrumento com tempo de validade pré-determinado (5 anos) e que ao final pretende-se que a propriedade chegue à certificação orgânica, torna-se importante que o trabalho de ATER realizado considere as múltiplas possibilidades de saída do protocolo e “conclusão” dessa primeira etapa de conversão da propriedade com a certificação.

Um ponto positivo apontado com relação ao protocolo de transição foi a orientação fornecida ao técnico e agricultor para um diagnóstico ambiental abrangente da propriedade rural cadastrada. Entretanto seu potencial efeito indutor da transição agroecológica esbarra em fatores limitantes estruturais à atividade.

*“Você faz uma boa radiografia ali, um diagnóstico legal ambiental, você consegue enxergar o geral. Agora, o que seria mais importante dele que seria servir como uma ferramenta de ir melhorando, de monitoramento e de ação em cima... tem até um plano de ações lá no protocolo... ele não funciona porque não depende do papel, depende de um acompanhamento corpo a corpo, tudo isso que a gente tá falando que não há condição (técnico B).*

Conforme apontado pelo técnico, fatores limitantes como a renda restrita das famílias, a falta de mão de obra, de infraestrutura, de maquinário e a falta de



condições para um acompanhamento técnico mais frequente, restringem muitas vezes a implantação das medidas indicadas no plano de ação para a transição. Sobre a potencialidade do protocolo como uma ferramenta de diagnóstico socioambiental o técnico sugere:

*“Eu acho que isso tinha que talvez virar um programa, porque ele é dividido em várias frentes, é solo, é água, tem uma questão meio socioeconômica... então qual que é o gritante aqui na zona sul de Parelheiros que tem um número relativamente significativo de protocolos? Aqui é uma área de mananciais. Então, vamos fazer um programa local de adequação para as águas. O protocolo deveria se vincular a alguma ação prática, algum programa de ação... Através da CATI, talvez... através de algum órgão que esteja a campo (técnico B).*

A fala apresenta uma visão estratégica propondo a atuação do estado no fomento ao desenvolvimento rural sustentável e aponta para um potencial latente do protocolo assumir um caráter mais estruturante como política pública, promovendo um diagnóstico das necessidades e potencialidades locais e orientando a aplicação de investimentos na execução de projetos regionais.

## Conclusões

Os resultados apontam para o potencial do Protocolo de Transição na promoção de uma ATER agroecológica no estado de São Paulo, indicando a necessidade de investir na qualidade dos serviços de ATER, na popularização das diretrizes técnicas do protocolo junto aos agricultores e no desenvolvimento de programas regionais que orientem a aplicação de investimentos para o desenvolvimento rural sustentável, ajudando a superar os gargalos e promover os avanços necessários à transição agroecológica no estado de São Paulo.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José Antônio. Desenvolvimento rural **sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2000, p. 16-37.

MASSARDIER, Gilles. Redes de Política Pública, in **Políticas públicas. Coletânea** – Volume 2. Brasília, ENAP, 2006. Disponível em: < [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1267/1/cppv2\\_0402\\_massardier.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1267/1/cppv2_0402_massardier.pdf)>.

MIKETEN, Simone. **Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciência



Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo: PROCAM USP, 2013.

MINAYO, Maria. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V. 17, n. 3, pp. 621-626, 2012. Disponível em:

NEMOTO, Eliane. H.; BIAZOTI, André. R. Urban agriculture: How bottom-up initiatives are impacting spaces and policies in São Paulo. *In: Future of Food: Journal on Food, Agriculture and Society*. Nº 5 (3). Winter 2017. p. 21-34.

SÃO PAULO (cidade). Lei Nº 16.140, de 17 de março de 2015. **Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências**. Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L16140.pdf>

SÃO PAULO (cidade). **Ligue os Pontos**. Sampa+Rural e SisRural. 2020a. Disponível em: <https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/samparural-e-sisrural/>. Acesso em 25 de set. 2020

SÃO PAULO (Estado). RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SIMA/SJC Nº 01, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022. **Institui o Certificado da Transição Agroecológica que visa estimular à Agroecologia e Produção Orgânica no Estado de São Paulo**, para o uso sustentável dos recursos naturais e aumento da oferta e consumo de alimentos saudáveis e dá outras providências. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei Nº 16.684/2018, de 19 de março de 2018. **Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO**, e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html>.

DE SOUZA, Aline Q. **Indicadores de sustentabilidade para a transição agroecológica na zona sul de São Paulo: desafios e perspectivas de uma política pública agroambiental**. 2021. 159 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-22012021-153740/pt-br.php>. Acesso em 11 de jul 2023.

VERDEJO, Miguel E. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria de Agricultura familiar. 2010. 62 p.

WASCHSNER, Sylvia et. al. **Ações para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica em São Paulo**. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro de Inteligência em Orgânicos, 2013. 76 p.: il. (Série Estratégias).